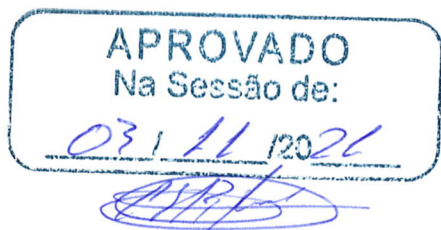


Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cáceres

PROTOCOLO Em 03/11/2021 Hrs 10:43 Sob nº 4339 Ass.: Eliene Liberto		Projetos De Lei	Nº 899/2021	APROVADO
		Projeto De Decreto Legislativo		Presidente da Câmara
		Projeto De Resolução		
		Requerimento		REJEITADO
	X	Indicação		
		Moção		Presidente da Câmara
		Emenda		

AUTORES: CÉZARE PASTORELLO (SD) e MARCOS RIBEIRO (PSDB)



Os Vereadores Cézare Pastorello, Solidariedade, e Marcos Ribeiro (PSDB) propõem ao augusto e soberano plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente à Excelentíssima Prefeita Eliene Liberato, consubstanciado na seguinte proposição plenária:

Que seja REVOGADO o Decreto 492 de 11 de setembro de 2020, que elegeu, arbitrariamente, sem fundamentação ou estudo, os bairros e logradouros para incidência do IPTU Progressivo previsto na nefasta Lei Complementar 148 – Novo Código Tributário de Cáceres, e, por consequência, seja também revogado o Art. 28, parágrafo único do Decreto 123 de 21 de janeiro de 2021, pelas fundamentações que acompanham a presente indicação.

Sala das sessões, 27 de outubro de 2021

CEZARE
PASTORELLO
MARQUES DE
PAIVA:83765484504

Assinado de forma
digital por CEZARE
PASTORELLO MARQUES
DE PAIVA:83765484504
Dados: 2021.10.27
10:16:31 -04'00'

Cézare Pastorello
Ver. Cézare Pastorello
Solidariedade

MARCOS
EDUARDO
RIBEIRO:029
39683140

Assinado de forma
digital por MARCOS
EDUARDO
RIBEIRO:02939683140
Dados: 2021.11.03
08:15:27 -04'00'

Ver. Marcos Ribeiro
PSDB

JUSTIFICAÇÃO

O Novo Código Tributário de Cáceres, aprovado no apagar das luzes do ano de 2019, trouxe dispositivos que autorizaram que decisões discricionárias, sujeitas à fundamentação, se tornassem verdadeiras decisões arbitrárias, como, por exemplo, a definição de áreas para incidência de IPTU progressivo por mero decreto, sem nenhuma deliberação colegiada, fundamentada ou pautada em critérios objetivos, bastando ao prefeito “querer” e incluir determinado bairro ou logradouro na incidência do IPTU Progressivo.


Vale apontar, que mesmo com tal faculdade dada ao chefe do Executivo, na oportunidade este não a exerceu da forma correta, uma vez que não estabeleceu os parâmetros exigidos no Art. 14, §7º do próprio Código Tributário, limitando-se a definir, ouvindo-se lá se sabe que vozes, determinados bairro e logradouros.

Em que pese as notificações terem sido válidas, os notificados não possuem parâmetros objetivos para atender a “função social da propriedade”, prevista na Constituição Federal e no Estatuto das Cidades.

Ainda na seara da inconveniência administrativa do Decreto 492, o prefeito da época incluiu bairros que não possuem nem sequer infraestrutura suficiente, por parte do Município, que justifique a definição de área prioritária para incidência do IPTU Progressivo, tal como pavimentação, drenagem ou mesmo aproveitamento das áreas públicas adjacentes.

Para além disso, passamos por um período ainda pandêmico, com sérias limitações de acesso a crédito e mão de obra, sendo temeroso qualquer tipo de investimento, sem a segurança do retorno incontestável da normalidade das atividades.

Por corolário, uma vez revogado o Decreto 492/2020 faz-se necessária também a revogação do Art. 28, parágrafo único do Decreto 123/2021.


Ver. Cezare Pastorello
Solidariedade

MARCOS EDUARDO Assinado de forma digital
por MARCOS EDUARDO
RIBEIRO:029396831
RIBEIRO:02939683140
Dados: 2021.11.03 08:15:50
40 -04'00'

Ver. Marcos Ribeiro
PSDB

[Imprimir](#)

Câmara Municipal de Cáceres de Cáceres - MT
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento: **Pba1d04a5443037ddac5be89d91c79116K2002**

Tipo de
Proposição:
Indicação

Autor: **CEZARE PASTORELLO**

Data de
Envio:
03/11/2021
09:45:38

Descrição: **Que seja REVOGADO o Decreto 492 de 11 de setembro de 2020, que elegeu, arbitrariamente, sem fundamentação ou estudo, os bairros e logradouros para incidência do IPTU Progressivo previsto na nefasta Lei Complementar 148 - Novo Código Tributário de Cáceres, e, por consequência, seja também revogado o Art. 28, parágrafo único do Decreto 123 de 21 de janeiro de 2021, pelas fundamentações que acompanham a presente indicação.**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

Victor Henrique Machado Crivim
Assessor de Gabinete

Câmara Municipal de Cáceres
CEZARE PASTORELLO

